


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0000796-88.2013.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 17/10/2013 17:06:58 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

AILTON MARTINS DE OLIVEIRA aposentado no serviço público estadual, propõe ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra o ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, postulando que o Adicional de Local de Exercício (ALE), por seu caráter genérico, seja incorporado aos vencimentos, e a condenação dos réus ao pagamento das diferenças devidas por conta da incorporação.

Os réus foram citados e contestaram (fls. 28/52), alegando: ausência parcial de interesse processual pois a LCE nº 1.197/13 extinguiu o ALE, incorporando 50% dele no salário-base e 50% no RETP; ilegitimidade passiva do Estado de São Paulo pois apenas a Spprev é parte legítima; a improcedência da ação pois, antes da LCE nº 1.197/13, o ALE possuía a natureza pro labore faciendo e não era devido aos inativos antes da LCE nº 1062/08, e mesmo após a vigência dessa lei a sua implementação é gradual tal como por ela regulado.

Houve réplica (fls. 70/72).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do artigo 330, inciso I do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria controvertida é exclusivamente de direito, não exigindo dilação probatória, bastando, para o julgamento, as provas já existentes nos autos.

Sobre a preliminar de ausência parcial de interesse processual, não se pode dar razão aos réus. Verdade que o art. 1º da LCE nº 1.197/13 estabeleceu a incorporação aos vencimentos dos ALEs previstos na LC nº 693/92 (Agente de Segurança Penitenciária), na LC 696/92 (Polícia Civil), e na LC 689/92 (Polícia Militar). Todavia, os réus não demonstraram que, em termos pecuniários, o efeito de tal legislação é equivalente ao pretendido pelo autor da presente ação. Assim, não havendo tal demonstração, prudente reconhecer a existência de interesse processual.

A respeito da preliminar de ausência de legitimidade passiva do Estado de São Paulo, não há que ser acolhida, pois o autor pretende a incorporação retroativa, abrangendo período em que não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

estava ainda aposentado.

Ingressa-se no mérito.

O autor, policial civil aposentado, visa à incorporação do ALE aos seus vencimentos "com reflexos sobre todas as verbas salariais recebidas", e a condenação dos réus ao pagamento das diferenças devidas por conta da incorporação retroativa.

Todavia, tal postulação não merece acolhida.

A LCE 696/92 (Polícia Civil) instituiu o ALE, por conta do exercício das atividades profissionais em áreas definidas e classificadas em razão da complexidade e dificuldade de fixação profissional (art. 1º). Assim, o adicional está vinculado ao efetivo exercício das funções. Não configura aumento geral salarial. É pago em razão de circunstâncias específicas do trabalho dos policiais na ativa. Decorre do local da prestação dos serviços.

Somente após a LCE nº 1062/08, especificamente em relação aos policiais civis, é que o ALE recebeu o caráter geral, nos termos do art. 4º, segundo o qual os policiais civis aposentados farão jus ao ALE "na base de 50% da média dos valores efetivamente percebidos nos 60 meses imediatamente anteriores ao de sua aposentadoria, a ser pago, em valor fixo, na razão de 1/10 por ano, até o limite de 10/10", ainda assim com uma regra de incidência e pagamento no § 1º, dispondo que o ALE em questão "será pago em código distinto e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza". A LCE nº 1114/10 alterou o art. 4º da LCE nº 1062/08, alterando percentual e progressão na incorporação, sem afetar o caráter geral.

A partir da LCE 1062/08 o ALE passou a ter caráter geral, por ter sido estendido aos inativos e pensionistas, observada a posterior alteração trazida pela LCE nº 1.114/10.

Todavia, a pretensão improcede em sua inteireza.

A incorporação aos vencimentos já está sendo implementada, na progressão das leis complementares, pelos réus.

O autor não pretende o cumprimento da legislação acima.

O que o autor postula, em verdade, é a incorporação do ALE aos vencimentos desde antes da LCE 1062/08 e "com reflexos sobre todas as verbas salariais recebidas".

O autor postula então, apesar da impropriedade terminológica da inicial (incorporação "aos vencimentos"), é que o ALE seja incorporado, em termos práticos, ao próprio salário-base (única forma de repercutir sobre "todas as verbas salariais recebidas"), o que é descabido.

A LCE 1062/08, na graduação nela prevista, gerou incorporação aos vencimentos do autor, o que significa que houve repercussão sobre as parcelas previstas no art. 129 da CE/SP, ou seja, o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

quinquênio e a sexta-parte.

Isso não é o mesmo que incorporação total para repercutir sobre todas as parcelas recebidas. Uma coisa é o caráter geral do ALE após a LCE 1062/08 com a sua extensão progressiva aos aposentados e pensionistas. Outra, o objeto da causa, a pretendida e descabida incorporação ao salário base (padrão) de modo a repercutir sobre todas as parcelas porventura incidentes.

A pretensão do autor não encontra amparo em nosso sistema.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO o autor em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 1.000,00, observada eventual gratuidade.

P.R.I.

São Carlos, 26 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**